

## Epílogo

Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural integradora

Rogério Haesbaert

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

HAESBAERT, R. Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural integradora. In: SERPA, A., org. *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações* [online]. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 393-419. ISBN 978-85-232-1189-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# Epílogo

Hibridismo, Mobilidade e Multiterritorialidade  
numa Perspectiva Geográfico-Cultural  
Integradora

Rogério HAESBAERT

Professor, Universidade Federal Fluminense

Pesquisador, CNPq

rogergeo@uol.com.br

É impossível traçarmos os limites de uma Geografia Cultural, não somente devido ao grande imbróglio teórico envolvido na questão da cultura, como também pela amplitude que as problemáticas “geo-culturais” adquiriram na atualidade. Não só a própria Geografia Cultural está mergulhada em problemáticas políticas, econômicas, sociais, como as demais áreas da Geografia se vêem cada vez mais impregnadas das perspectivas culturais. Assim, partimos aqui do que denominamos uma “abordagem integradora” da Geografia, ainda que na perspectiva da Geografia Cultural.

Pretendemos focalizar esta abordagem através de uma concepção que temos desenvolvido mais recentemente, a de multiterritorialidade (HAES-BAERT, 1997, 2001, 2004, 2007). Buscamos (re)trabalhar esta noção em torno da questão que se coloca hoje sobre as novas formas da relação espaço-cultura, especialmente aquelas moldadas pela vinculação entre o aumento da mobilidade e a chamada hibridização cultural que, pretensamente, a acompanha, resultando na configuração de novas identidades, múltiplas e móveis, que certos autores, equivocadamente, denominam “identidades desterritorializadas”<sup>1</sup>.

Este capítulo está organizado em torno de três reflexões básicas: primeiro, enfocamos a relevância daquilo que podemos denominar “abordagem cultural integradora”, não fragmentadora e dicotomizante, na Geografia; segundo, trabalhamos esta abordagem dentro de concepções renovadas de território e multiterritorialidade, como base para, finalmente, na terceira parte, efetuarmos uma discussão mais específica na associação entre mobilidade, multiterritorialidade e hibridização cultural, questionando as visões simplistas com que muitas vezes esta inter-relação é enfocada.

## “Toda Geografia é Geografia Cultural”: por uma abordagem cultural integradora na Geografia<sup>2</sup>

Como uma reflexão introdutória, gostaríamos de defender um ponto de vista que não percebe a Geografia Cultural nem simplesmente como uma nova-velha “área” ou recorte bem definido dentro do pensamento geográfico, nem como uma corrente ou postura epistemológica, como defendem

alguns autores. Pretendemos tratar a Geografia Cultural como abordagem cultural na Geografia, isto é, como uma das perspectivas de tratamento do espaço geográfico, aquela que privilegia uma de suas múltiplas dimensões. Assim como o próprio espaço geográfico é tratado como uma dimensão da sociedade, podemos afirmar que o cultural é também uma dimensão, ao mesmo tempo da sociedade e da construção espaço-temporal através da qual ela é instituída.

Assim, fica fácil depreender que, numa determinada perspectiva, “toda Geografia é Geografia Cultural”, na medida em que não há espaço produzido que não o seja através da cultura dos grupos que o constituem, seja no sentido mais amplo ou lato de cultura – como o conjunto de relações que nos distinguem e ao mesmo tempo compõem nossa interação com uma (primeira) “natureza”<sup>3</sup> –, seja no sentido mais estrito – como tudo aquilo que se refere à produção de significados, à dimensão simbólica do mundo<sup>4</sup>. Seja qual for a definição que tivermos de “cultura”, “toda Geografia é Geografia Cultural” pelo menos no sentido de que, mesmo em sua abordagem mais restrita, referida à leitura simbólica do mundo, não há como dissociar as perspectivas materiais/funcionais e imateriais/simbólicas da espacialidade, entendida esta não numa visão idealista, como simples “intuição” subjetiva para apreensão do real, mas como o próprio real objetiva e “coexistencialmente” produzido.

Defendemos então o comprometimento com uma visão de Geografia Cultural a partir do que denominamos de abordagem integradora, ou seja, que ao invés de tratar o cultural como uma simples esfera bem delimitada do espaço social, compreende-o em suas múltiplas e indissociáveis articulações com outras dimensões, como a econômica e a política. Esta visão integrada ou integradora do cultural é claramente manifestada em debates contemporâneos que, mais do que se colocarem como debates internos a uma determinada “Geografia Cultural”, trabalham, antes de mais nada, as interseções, as imbricações ou os limiares entre cultura, política, economia e a própria natureza. Talvez pudéssemos afirmar que as grandes “perspectivas” – e mesmo algumas das grandes “questões” – da chamada Geografia Cultural, hoje, estão justamente nas margens, ou, num termo mais adequado, nos cruzamentos, pois nos referimos às combinações, às interseções, aos pontos de conexão, muito mais do que a pontos marginais ou periféricos.

Sem diluir a especificidade e a relevância do cultural em si, devemos entendê-lo dentro de concepções não dicotômicas ou dissociativas, mais híbridas, preocupando-nos sempre mais em discutir os vínculos (economia-cultura, cultura-política...), numa “abordagem cultural integradora”, do que em identificar limites ou fronteiras. Num mundo em que, diz-se, vivemos mais (n) o “cruzar” das fronteiras, trabalhar em áreas bem delimitadas torna-se cada vez mais difícil e, mesmo, contraproducente. Esta abordagem cultural integradora envolve um fluxo de mão dupla: tanto de abertura dos (muitas vezes auto-denominados) geógrafos culturais para a interseção com outras áreas quanto a abertura dos geógrafos “econômicos”, “políticos” e mesmo “físicos” para com questões e temáticas tidas como mais específicas da geografia cultural (aqui com minúscula, pouco importa).

Exemplos pontuais entre os diversos trabalhos que têm demonstrado a ampliação do tratamento cultural em searas não tradicionais e que são manifestações de uma abordagem mais integradora como a que aqui defendemos são o de Allen (2003) para o âmbito da Geografia Política – especialmente ao discutir o poder não apenas a partir da “dominação” e da “manipulação” mas também da “sedução”, e o de Peet (1999) para a Geografia Econômica – questionando como a cultura pode engendrar a “imaginação econômica” e exemplificando com uma “forma de regulação criativa” na região da Nova Inglaterra. Num sentido mais geral, podemos afirmar que a cultura firma cada vez mais sua condição de “cultura política” (BAYART, 1996), assim como a produção (econômica) vincula-se de forma crescente a uma espécie de “produção cultural”, no comércio de símbolos e imagens que transformam a própria cidade e as regiões em “mercadorias” (o propalado *marketing* das cidades e, também, podemos afirmar, das regiões).

Durante muito tempo o geógrafo privilegiou, dentro de uma concepção mais materialista de cultura, a produção cultural em seu sentido material – como conjunto de objetos culturalmente produzidos<sup>5</sup>. A partir da segunda metade do século XX, a afirmação de poderes mais simbólicos (BOURDIEU, 1989) e a força na produção de imagens, com a introdução de uma verdadeira “economia política dos signos” (BAUDRILLARD, 1972), juntamente com a difusão, a nível epistemológico, das chamadas filosofias da diferença e/ou pós-estruturalistas e dos chamados estudos culturais, tudo isto levou a Geografia a uma valorização crescente da questão da diferença – não apenas de grau, mas de natureza, numa linguagem bergsoniana – e

da dimensão simbólica (ainda que às vezes de um modo culturalista) no enfoque das relações espaço-cultura.

Juntamente com o movimento de (re)valorização de conceitos de maior carga “cultural”, como lugar e paisagem (que, por outro lado, também ampliaram seus significados), ocorreu uma espécie de “contaminação” cultural de outros, mais tradicionais, como os de região (vista, por exemplo, como “espaço vivido” em Frémont, 1976 [reeditado em 1999]) e território (visto como um “valor” por autores como Bonnemaïson e Cambrèzy, 1996). Transitar pelo relativo hibridismo contemporâneo de alguns desses conceitos é um caminho muito interessante para perceber as perspectivas de uma abordagem integrad(or)a na Geografia, ou de uma abordagem que, ainda que privilegie o âmbito cultural – o que é muito importante, supere posições cultural-idealistas e ressalte o elo, indissociável, entre idealidade e materialidade (onde, até por uma condição historicamente reconhecida, a geografia sempre teve um olhar próprio a desdobrar).

Esse parece ser o único caminho plausível para, ao mesmo tempo, dar conta da complexidade – e da hibridização – dos fenômenos contemporâneos e não perder a especificidade geográfica de nossas interpretações. Assim, o que propomos aqui como abordagem integradora envolve tanto uma interpretação, a nível epistemológico, que de algum modo integre múltiplas dimensões (cultural, econômica e política, por exemplo) quanto o reconhecimento do caráter híbrido ou múltiplo de muitos dos próprios fenômenos geográficos que efetivamente estamos abordando.

## O “hibridismo” dos conceitos e a multiterritorialidade

Um tratamento mais híbrido dos nossos conceitos não implica fugir do rigor e da necessidade de manter aquilo que propomos denominar de “foco” conceitual – como acontece com as relações de poder no tratamento das questões atinentes ao já tradicional conceito de território. Outra observação importante em relação a este “hibridismo” conceitual é aquela que se refere à própria reinvenção de conceitos através da mescla, expressa, já, em suas próprias denominações. Trata-se, aqui, do estabelecimento mais literal de “conceitos híbridos” (HAESBAERT, 2002b, p.147), como aqueles que pro-

pusemos de rede regional (HAESBAERT, 1997) e território-rede (HAESBAERT, 1994, 2004). Assim:

(...) novas concepções como as de territórios-rede e de redes regionais indicam não a simples superação de antigas realidades (que em muitos casos ainda permanecem) e dos conceitos que procuravam traduzi-las, mas a emergência concomitante de situações mais complexas e, em parte, ambivalentes (...), em que o controle e os enraizamentos convivem numa mesma unidade com a mobilidade, a fluidez e os desenraizamentos (HAESBAERT, 2002b, p. 137).

Milton Santos, numa visão ainda mais ampla, condenando todos os “conceitos puros”, considera o próprio espaço como um “híbrido”, na medida em que envolve materialidade e imaterialidade, o natural e o artificial, os “sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1996, p. 81). Por isso, hoje, mais do que nunca, os conceitos, muito mais do que marcar diferenças, devem revelar multiplicidades, conexões, superposições, o que implica reconhecer sempre os elos com outros conceitos, na complexidade das questões que pretendemos desvendar. Lembrando Latour (1991), é imprescindível que busquemos não apenas produzir entidades híbridas, que é o que mais tem caracterizado o mundo “moderno”, mas também que formulemos os instrumentos conceituais capazes de, como tal, compreendê-lo.

Um dos conceitos em Geografia que melhor expressa esta abordagem integradora aqui defendida é o conceito de território, conjugado a sua contraparte indissociável, a territorialidade. Tradicionalmente trabalhado a partir de uma perspectiva política, o território é um dos conceitos mais tradicionais da Geografia, mas que, no seu percurso teórico, parece ter perdido terreno durante os períodos de domínio de perspectivas mais culturalizantes ou, pelo menos, que privilegiavam as diferenças de natureza sobre as diferenças de grau na leitura geográfica. Assim ocorreu durante o domínio da chamada Geografia Regional clássica, quando região e região-paisagem eram os conceitos dominantes.

É interessante perceber, entretanto, que, mais do que “refletirem” uma realidade, os conceitos são “instrumentos”, e instrumentos não apenas no sentido analítico, como auxiliares de nossas interpretações, mas também no sentido de instrumentos de intervenção, capazes de, por sua própria formu-

lação, “intervirem” no real, um pouco como no sentido deleuzeano de conceitos como “transformadores” (DELEUZE; GUATTARI, 1991; HOLLAND, 1996). A validade dos conceitos estaria também no uso que se pode fazer deles e não apenas na significação/interpretação que eles propõem. Assim, mais ainda do que nos perguntarmos “o que é o território” – e a territorialidade, seria conveniente nos indagarmos “o que podemos fazer com os conceitos que construímos de território e territorialidade”. Daí, também, a natureza intrinsecamente política de nossas conceituações.

Toda esta versatilidade dos conceitos nos permite afirmar, de saída, que analisar o conceito de território é, portanto, ao mesmo tempo, verificar as questões que ele tenta responder, os significados e as “pontes conceituais” que ele permite construir, bem como as implicações políticas ou mesmo o seu potencial transformador frente à “realidade”. Assim como não há ciência “neutra”, não há também “conceitos” neutros, a-históricos e a-políticos. Se um conceito não é nem a realidade existente, em si, nem uma realidade idealizada ou um projeto politicamente almejado, e se ele faz parte, como componente indissociável, de uma realidade “em devir”, devemos reconhecer que ele está imerso, de alguma forma, na própria transformação da realidade que ele diz re-conhecer.

Nesse sentido, a história dos conceitos é também a história de sua aplicabilidade e de sua “adequação” em termos teóricos e também políticos, seu poder ao mesmo tempo de desvendar e de transformar a “realidade”. Com o território, portanto, não é diferente, e hoje, diante da realidade múltipla e, para tantos, pelo menos em parte, híbrida, em que estamos imersos, ele não pode fugir da necessidade de dar conta de uma visão mais integradora ou não-dicotomizadora de mundo, especialmente aquela que separa cultura e natureza, mundo material e mundo imaterial, ou, mais estritamente, em termos de poder, poder político em sentido mais tradicional (como “dominação” estatal e/ou de classe) e poder simbólico (ou, em termos gramscianos, ligado à “hegemonia” enquanto criação de uma coesão simbólica).

Daí defendermos uma concepção de território:

(...) a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como



Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) mobilidade – recebam estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e “iconografias”; ou o que melhor nos aprouver. (...) o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2004, p. 79).

Como os conceitos nunca são feitos através de limites ou “identidades” claras, rígidas, e suas formulações trazem sempre um potencial para releitura e integração com ou mesmo reinvenção de outros conceitos (numa “família” ou “constelação” de conceitos), território e territorialidade não fogem à regra e exigem, especialmente em momentos cruciais de mudanças como o nosso, a configuração de novas articulações. Foi neste espírito que propusemos a concepção de “multiterritorialidade”:

Para entendermos a multiterritorialidade contemporânea é preciso remontar às suas “origens”. Na verdade, especialmente levando em conta as concepções de território e de territórios múltiplos discutidas em trabalhos anteriores (HAESBAERT, 2004, 2007), podemos afirmar que sempre vivemos uma multiterritorialidade:

(...) a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2004, p. 344).

Começamos por distinguir pelo menos duas grandes perspectivas de tratamento da multiterritorialidade, historicamente contextualizadas:

(...) aquela que diz respeito a uma multiterritorialidade “moderna”, zonal ou de territórios de redes, embrionária, e a que se refere à multiterritorialidade “pós-moderna”, reticular ou de territórios-rede propriamente ditos, ou seja, a multiterritorialidade em sentido estrito (HAESBAERT, 2004, p. 348).

Na verdade, a multiterritorialidade “moderna” também pode ser considerada uma multiterritorialidade simples, no sentido de que corresponde à sobreposição simultânea, por encaixe, de vários territórios-zona, muitas vezes como mera alteração de escala, todos dentro do mesmo padrão de relações de poder (estatal). Caso típico é o do ordenamento territorial a partir do aparato estatal capitalista, dentro do qual, como numa boneca russa, encontramos-nos ao mesmo tempo em uma propriedade privada, em uma municipalidade, em um departamento ou província, em um Estado-nação e, pelo menos no caso da União Européia, dentro de uma espécie de “confederação supra-estatal”. Por outro lado, mais ao nível dos “micro-poderes” disciplinares institucionalizadores de micro-territórios cotidianos, podemos também usufruir de uma multiterritorialidade aparentemente mais complexa, porque de caráter sucessivo (percorrendo-se consecutivamente diversos territórios), onde se conjugam territórios descontínuos ou territórios-rede que, a nível individual ou de pequenos grupos, configuram uma multiterritorialidade: por exemplo, aquela que vincula a residência, a fábrica e a escola.

Essa multiterritorialidade pela articulação de territórios-rede pode, assim, tanto ser sucessiva, como no caso acima referido, quando exige a mobilidade física entre diferentes territórios, quanto simultânea, e aí entra a maior inovação dos nossos tempos: com a “compressão espaço-tempo” (HARVEY, 1989) torna-se possível, instantaneamente, não apenas receber influência sobre nossos territórios a partir de locais completamente distantes do nosso, como também, dependendo das relações de poder em que estamos inseridos (as diferentes “geometrias de poder” da compressão espaço-tempo, como indica MASSEY, 1993), nós mesmos podemos atuar e influenciar relações sociais em outros espaços, pelo simples acesso a sistemas informacionais de comunicação (e, neste caso, também, em sentido mais estrito, ação).

Multiterritorialidade inclui assim uma mudança não apenas quantitativa – pelo maior número de territórios de que podemos dispor via deslocamento físico (pelo menos no que se refere às classes mais privilegiadas) – mas também qualitativa, na medida em que temos hoje a possibilidade de combinar, concomitantemente, de uma forma inédita, a intervenção física (via ciberespaço, por exemplo) e, de certa forma, as próprias representações de uma enorme gama de diferentes territórios.

A chamada condição pós-moderna inclui assim uma multiterritorialidade:

(...) resultante do domínio de um novo tipo de território, o território-rede em sentido estrito (...). Aqui, a perspectiva euclidiana de um espaço-superfície contínuo praticamente sucumbe à descontinuidade, à fragmentação e à simultaneidade de territórios que não podemos mais distinguir claramente onde começam e onde terminam ou, ainda, onde irão “eclodir”, pois formações rizomáticas também são possíveis. (...) (HAESBAERT, 2004, p. 348).

Esta flexibilidade territorial do mundo “pós-moderno”, embora não seja uma marca universalmente difundida (longe disso), permite que alguns grupos, em geral os mais privilegiados, usufruam uma multiplicidade inédita de territórios, seja no sentido de sua sobreposição num mesmo local, seja de sua conexão em rede por vários pontos do planeta. Aqui podemos lembrar a multiterritorialidade mais funcional da organização terrorista Al Qaeda, analisada em trabalho anterior (HAESBAERT, 2002a), e a multiterritorialidade ao mesmo tempo funcional e simbólica das “diásporas” globalizadas. É esta multiterritorialidade em um sentido mais simbólico, imersa em novos processos de identificação social, que nos interessa mais diretamente aqui, dentro do debate de novas perspectivas em geografia cultural. Gostaríamos a partir de agora de trabalhar uma de suas faces, aquela que está diretamente ligada à maior mobilidade do nosso tempo.

Retomando uma argumentação que enfatiza, ao mesmo tempo, a imbricação e a diferenciação entre território e territorialidade<sup>6</sup>, cabe aqui uma distinção muito importante – enquanto o território inclui sempre a territorialidade, esta não envolve, obrigatoriamente, a existência concreta de um território. Territorialidade, além de condição genérica para a existência de um território, enfatiza a sua dimensão simbólico-identitária e, assim, dependemos que a multiterritorialidade também pode ser, a nível epistemológico, dissociada – uma multiterritorialidade mais funcional, no sentido da mobilidade concreta através de diversos territórios, e uma multiterritorialidade no sentido mais simbólico, não obrigatoriamente coincidentes.

Assim, a multiterritorialidade da elite ou da “burguesia” planetária pode ter um sentido muito mais funcional do que simbólico, na medida em que

uma mesma experiência em termos de relações simbólico-identitárias se reproduz por todo o conjunto de distintos territórios (num sentido mais funcional-concreto) freqüentados por estes grupos, sempre aglutinados em torno dos mesmos condomínios fechados, dos mesmos resorts turísticos, das mesmas villas de fim de semana ou de veraneio, dos mesmos hotéis e restaurantes ao redor do mundo.

Por outro lado, alguns membros dessa elite, como aqueles que pertencem a uma determinada “diáspora” migratória, ao mesmo tempo culturalmente distintos e potencialmente mais abertos aos contatos e à “tradução” com outras culturas, podem desdobrar um maior hibridismo cultural – ou seja – uma ampla multiterritorialidade em termos culturais. O sociólogo Ulrich Beck (1999) chega mesmo a forjar o termo “topoligamia” para se referir ao fenômeno de “casamento com diversos lugares”<sup>7</sup>, para ele muito difundido, mas que aqui restringimos como uma característica de alguns grupos minoritários, principalmente dentro da elite ou “burguesia” globalizada. Num sentido mais amplo do que o nosso de multiterritorialidade, Beck fala em processos de “pluri” ou “multilocalização”; “a alternância e a escolha dos lugares” como “padrinhos da globalização” (p. 137).

A efetiva multiterritorialidade em termos culturais se desenharia, então, em torno de experiências culturalmente “híbridas”, ou seja, dotadas de uma mescla de identidades não-estabilizadas e de difícil delimitação espacial – ou delimitadas pela extensão de uma combinação específica de elementos, isto é, de uma determinada hibridização. Podemos evocar aqui o “sentido global de lugar” proposto por Massey (2000) a partir do reconhecimento da ausência de espaços fechados e identidades homogêneas e “autênticas”. Nossas vidas estariam impregnadas com influências provenientes de inúmeros outros espaços e escalas, a própria “singularidade” dos lugares (e dos territórios) advindo, sobretudo, de uma específica combinação de influências diversas, oriundas de diferentes partes do mundo. Esta estreita vinculação entre mobilidade, multiterritorialidade e hibridismo cultural, numa perspectiva integradora ou não-dicotomizadora de geografia cultural, será desdobrada a seguir.

## Hibridismo cultural, mobilidade e multiterritorialidade: contradições e ambivalências

Alguns termos e formas de abordagem aparecem e se vão ao sabor dos modismos acadêmicos. Assim, todo o cuidado é pouco com o hibridismo que domina hoje em muitos discursos das Ciências Sociais. Ignorar seu potencial analítico, entretanto, é furtar-se a uma interpretação bastante rica e inovadora dos fenômenos contemporâneos, especialmente em relação à dimensão cultural dos processos que produzem (e são produzidos por) nossas multiterritorialidades.

A nível introdutório, podemos partir de dois grandes enfoques em relação aos discursos sobre o hibridismo: um, mais amplo, que privilegia a dimensão filosófica a partir da superação do dualismo Sociedade (ou “Cultura”, em sentido amplo) e Natureza – como a perspectiva de Bruno Latour (1991) e, na Geografia, de Sarah Whatmore (2002); outro, mais estrito e que se relaciona ao debate no âmbito dos estudos culturais, em torno da questão da produção da diferença e das identidades numa perspectiva, em geral, “pós-estruturalista”, especialmente através do trabalho de autores como Homi Bhabha (1995) e Nestor Canclini (1992).

Esses dois grandes enfoques nos permitem explicitar as duas grandes questões até aqui subentendidas na proposta introdutória de uma abordagem integradora da Geografia Cultural: a primeira refere-se à concepção mais ampla de geografia cultural, que praticamente se confunde com Geografia Humana, traduzindo assim o grande dilema que está sendo recocado hoje, o da dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana, ou entre Cultura e Natureza; a segunda diz respeito à complexidade e à imbricação de processos dentro do próprio âmbito da cultura, num enfoque mais estrito de geografia cultural, especialmente no que se refere ao estudo das identidades, com tendência à crescente fluidez e heterogeneidade, e cujo processo de produção é inseparável das esferas política (a identidade como estratégia de poder) e econômica (a produção e o consumo da “diferença”).

O primeiro desses enfoques nos permite discutir em sentido amplo a superação da grande dicotomia geográfica, aquela que separa natureza e sociedade (ou cultura), geografia física e geografia humana, explicitando o

primeiro grande dilema da geografia cultural em sentido lato, o de que ela pode (ou mesmo deve) ser pensada de forma integrada com o chamado mundo da natureza, tal como preconizam autores como Augustin Berque (1990, 2000)<sup>8</sup>. O segundo, que nos interessa mais de perto, aqui, permite propor uma abordagem integradora no sentido de que qualquer análise de identidade/territorialidade, hoje, deve passar pelos interesses e/ou implicações político-econômicas de sua construção.

Optamos por concentrar nossa atenção no segundo desses enfoques, não por considerá-lo teoricamente mais relevante (longe disso), mas simplesmente por que ele permite maiores explorações em relação à questão que estamos aqui priorizando, na vinculação entre hibridismo e multiterritorialidade, e porque nos consideramos mais habilitados a tratá-lo.

Stuart Hall (1997, 2003) defende a tese de que as identidades modernas estão em crise, descentradas e deslocadas ou fragmentadas pela globalização, que, com a compressão espaço-tempo, altera os referenciais modernos de sujeito, espaço e tempo. As identidades perdem assim seu caráter mais estabilizado em torno de uma cultura e de fronteiras bem definidas (especialmente no que se refere às fronteiras nacionais), criando novas posições de identificação, mais plurais, menos unitárias e estáveis. Num mundo de crescente mobilidade, viveríamos numa espécie de produção de identidades constantemente “em movimento”.

Para Hall, binarismos como Tradição e Modernidade foram sendo gradativamente “minados” por “formações mais ‘híbridas’” onde prevalece o hibridismo como “tradução”: O hibridismo não se refere a indivíduos híbridos, que podem ser contrastados com os “tradicionais” e “modernos” como sujeitos plenamente formados. Trata-se de um processo de tradução cultural, agonístico, uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecidibilidade.

Citando Homi Bhabha ele acrescenta:

(...) Ambivalência e antagonismo acompanham cada ato de tradução cultural, pois o negociar a “diferença do outro” revela uma insuficiência radical de nossos próprios sistemas de significado e significação. (...) O hibridismo significa um momento ambíguo e ansioso de... transição, que acompanha nervosamente qualquer modo de transformação social, sem a promessa de

um fechamento celebrativo ou transcendência das condições complexas e até conflituosas que acompanham o processo (BHABHA, 1997, apud HALL, 2003, p. 75).

Ao mesmo tempo, convém destacar, toda cultura de alguma forma nasce de uma forma de hibridismo, de uma mescla com outras culturas. Num mundo permeado por sujeitos “móveis”, a experiência dos migrantes em diáspora parece a melhor evidência desta transformação no hibridismo, na medida em que estes migrantes:

... geralmente são obrigados a adotar posições de identificação deslocadas, múltiplas e hifenizadas. (...) Negro-e-britânico ou asiático-britânico são identidades às quais os jovens respondem cada vez mais. (...) são todos, de formas distintas, “hibridizados”. (...) Todos negociam culturalmente em algum ponto do espectro da *différance*<sup>9</sup>, onde as disjunções de tempo, geração, espacialização e disseminação se recusam a ser nitidamente alinhadas (HALL, 2003, p. 76).

Frente à mobilidade crescente – e a paralela “multiterritorialidade” do nosso tempo – as identidades, ou melhor, os processos de identificação/diferenciação tenderiam hoje a afirmar cada vez mais seu caráter relacional, na medida em que existir significaria “ser interpelado com relação a uma alteridade, ou seja, é preciso existir para um Outro. (...) a construção da identidade é constituída pela relação desse desejo para com o Outro. (...) no processo relacional da constituição de identidades (...) instaura-se o hibridismo no seio da identidade” (HALL, 2003, p. 122, comentando FANON e BHABHA).

Hibridização implicaria, portanto, a princípio, também, territórios múltiplos, “territórios híbridos”. Associamos, assim, hibridismo cultural não com desterritorialização, mas com multiterritorialidade, o que significa voltar à questão inicial em relação a autores que, como Mitchell ou (pelo menos em parte) Canclini, advogam uma associação direta entre processos de hibridização e dinâmicas de desterritorialização, ou seja, num mundo cada vez mais “híbrido” ou de identidades múltiplas, os territórios – vistos como culturalmente mais homogêneos – teriam cada vez menor expressão. Para Canclini “culturas híbridas” são “geradas ou promovidas pelas novas tecnologias comunicacionais, pela reorganização do público e do privado no es-

paço urbano e pela desterritorialização dos processos simbólicos” (1997, p. 29). E se pensássemos, ao contrário, que “territórios híbridos” também podem ser estimuladores de processos de identificação, como ressalta Doreen Massey em relação ao seu “lugar-global”, o bairro de Kilburn, em Londres?

Na verdade, dentro de uma mobilidade crescente, muito mais do que perderem vínculos de identificação com espaços determinados, “desterritorializando-se”, o mais comum é que indivíduos e grupos sociais desenvolvam, concomitantemente, vínculos identitários com mais de um território ou com territórios de características muito mais híbridas, “multiterritorializando-se” cada vez mais. Um pouco como já comentado em relação ao “sentido global de lugar” de Massey (2000), podemos nos identificar justamente com esta combinação *sui generis* que faz do “nosso lugar” uma interseção de influências de vários “outros lugares” do mundo. Também aqui, o exemplo mais citado pelos autores que se dedicam ao tema é o das grandes diásporas de imigrantes. Através delas – ou pelo menos de uma parcela expressiva de seus membros (aqueles que não se retraem em “novos guetos”) – podemos identificar uma das expressões mais acabadas do fenômeno do hibridismo cultural e, no nosso ponto de vista, também, da multiterritorialidade.

Este mundo tido como cultural e geograficamente desterritorializado – interpretação que questionamos em todas as suas dimensões (HAESBAERT, 2004) – está, na verdade, promovendo dinâmicas muito diversas, sendo impossível delinear um único movimento ou mesmo uma direção dominante. Mesmo se falarmos em “tendências”, elas também podem ser múltiplas. Neste período tão complexo argumenta-se tanto em favor de um mundo “sem fronteiras” (pelo mesmo pressuposto de que viveríamos todos “nas fronteiras”) quanto de um mundo cada vez mais dividido (por exemplo, pelas “linhas de fratura” entre civilizações identificadas por HUNTINGTON, 1997). Na verdade, o que está permanentemente em jogo são as limitações e a pretensão de um conceito universal de espaço geográfico (ou mesmo de território) e de uma concepção linear e cumulativa de tempo histórico – instrumentos lógicos com os quais, tradicionalmente, buscávamos interpretar o mundo moderno.

O discurso do hibridismo foi/é uma das alternativas propostas para responder teoricamente a esta nova complexidade de um espaço-tempo muito mais “móvel” e múltiplo. Mas ele também carrega suas limitações, tanto a nível epistemológico quanto político, sobretudo quando referido aos arrou-



bos relativistas de muitos partidários mais radicais do pós-estruturalismo.

Em primeiro lugar, o hibridismo, tal como a multiterritorialidade, embora hoje intensificado, não é uma prerrogativa do mundo moderno ou, mais ainda, do “pós-moderno”, como se sociedades tradicionais não fossem marcadas por cruzamentos identitários e só produzissem territórios “etnicizados”, mono-identitários, territorialmente exclusivos e mutuamente excludentes<sup>10</sup>.

Um outro dilema diz respeito à confusão, relativamente freqüente, entre o hibridismo como fato e como valor. É verdade que, como já comentamos, toda proposta teórico-conceitual deve ser avaliada ao mesmo tempo em sua capacidade de proporcionar respostas (ou de levantar questões relevantes) e de “produzir” realidades (pois não há conceituação politicamente neutra). Isto não significa, entretanto, deixar que nossos desejos e nossas deduções sobre o que seria “melhor” contaminem amplamente o que reconhecemos como fatos efetivamente existentes.

Uma coisa é reconhecermos a intensificação desses modos de organização social e territorial, outra é, julgando-os intrinsecamente positivos, defendermos a sua intensificação. Almejar um mundo cada vez mais móvel e híbrido (como o faz explicitamente HARAWAY [2000] em seu radical projeto político “ciborgue”<sup>11</sup>) também não significa forçar um raciocínio que vê o mesmo processo de hibridização sendo difundido indiscriminadamente por toda parte.

A hibridização, como a própria mobilidade, de modo coerente com sua vinculação a um determinado pensamento “pós-colonial”, não deve ser reconhecido e/ou proposto genericamente, sem a devida referência aos contextos geo-históricos em que está sendo produzido. O pós-colonialismo busca justamente romper com visões eurocêntricas de mundo e superar o binarismo hierárquico de relações como colonizador e colonizado, centro dominador e periferia dominada, a fim de que um projeto transformador não resulte numa simples substituição, pela colocação do segundo no lugar do primeiro, reproduzindo, apenas às avessas, uma mesma relação de poder. Não se pode, então, incorrer em simplificações universalizantes, gestadas e difundidas unicamente a partir do “centro”.

“Mobilidade”, por exemplo, tal como hibridismo, sofreu um ir-e-vir entre posições claramente antagônicas ao longo da história – e ainda hoje,

entre diferentes povos e/ou culturas, possui conotações distintas. Apenas para dar um exemplo geral, no espaço feudal a mobilidade costumava ter um sentido negativo, associada a um “estar à margem” ou mesmo a um “não ter lugar”. Creswell (2006) lembra que, filosoficamente falando, Aristóteles defendia como nosso “estado natural” o repouso, enquanto Galileu pregava o contrário, o movimento. É apenas com o mundo moderno euro-ocidental que mobilidade passa a significar liberdade, movimento sem impedimento, e a imobilidade passa a ser associada estritamente à falta de liberdade, à “prisão”. Ainda assim, mobilidade nunca perde uma determinada ambivalência, situada ao mesmo tempo entre as idéias de liberdade, progresso, “oportunidade” e desenraizamento, desvio e resistência (CRESWELL, 2006), como em muitos dos chamados “movimentos sociais”.

O famoso ditado “o ar da cidade liberta” coloca, em parte, toda a pretensão positivadora que o capitalismo impôs ao livre movimento da força de trabalho, inicialmente do rural ao urbano, mas que absolutamente não é válido, hoje, para os circuitos eminentemente globalizadores – vide o crescente fechamento de tantas fronteiras nacionais ao livre fluxo de trabalhadores.

Ainda assim o chamado pós-modernismo contemporâneo inaugurou o ápice desse processo, atribuindo mesmo, muitas vezes, um “novo nomadismo” unilateralmente positivo como a característica mais marcante do nosso tempo. O “nômade” (ou mesmo o “cigano”) moderno que, na figura ainda mais radical do “vagabundo”, era uma ameaça à ordem e à disciplinarização, agora se torna sinônimo de um anti-essencialismo e de um anti-estruturalismo a ser propagado<sup>12</sup>.

Por outro lado, nomadismo e hibridismo, nesse caso, seriam dois termos correlatos, ambos manifestando a inexorabilidade da “indiscriminada mobilidade” contemporânea. Como se não houvesse desenhada aí, sempre, uma complexa “geometria de poder” entre aqueles que efetivamente desencadeiam e controlam os fluxos dessa mobilidade e aqueles que a ela ficam, simplesmente, subordinados (Massey, 1993). Como se não houvesse “nômades” voluntários, aqueles a que Bauman (1999) denominou de “turistas”, e “nômades” compulsórios, aqueles que, ainda na linguagem de Bauman, são denominados pelos “turistas” de “vagabundos”.

A exemplo da mobilidade e do “nomadismo”, o hibridismo também pode ser visto tanto positiva quanto negativamente, e não apenas em termos históricos, como já sugerido, mas também num mesmo momento da história, entre contextos geográficos distintos. Em termos mais conceituais, é interessante lembrar, ele sofre um processo de inversão axiológica, passando da visão negativa, biologicista, sinônimo de “anomalia” (tanto no mundo animal-vegetal quanto nos discursos sociais eugenistas), no século XIX-início do XX, para uma abordagem positiva, cultural, na segunda metade do século XX. A realidade social e o pensamento latino-americanos são bastante emblemáticos neste sentido, pois em pleno continente que tanto sofreu com uma hibridização historicamente imposta e opressiva brotaram práticas sociais e interpretações de mundo abertas à “multiterritorialização” pela assimilação conjunta das múltiplas influências culturais que aqui se estabeleceram.

Assim, algumas sociedades e espaços vivem o hibridismo de maneira mais pronunciada, ou encontram-se mais abertos e/ou são forçados a trocas culturais mais intensificadas. Para Peter Burke (2003), quando imposto, o hibridismo pode representar importantes perdas culturais. Mas como é sempre uma via de mão dupla, de duplo sentido, também pode se transformar num instrumento inovador e/ou de resistência, como na chamada “antropofagia” brasileira trabalhada por Oswald de Andrade (1995).

Em um sentido mais estritamente político, a amplitude com que muitas vezes o termo hibridismo é utilizado faz com que ele se torne “pau para toda obra”, como se todas as questões pudessem ser resolvidas através desta espécie de “palavra mágica”. Ao invés de promovermos, assim, uma crítica e um posicionamento político consistentes, acabamos por difundir um relativismo e um desengajamento que pouco contribuem para a efetiva transformação social.

A hibridização e, paralelamente, a intensificação crescente da mobilidade/ multiterritorialidade, como fenômenos amplamente difundidos, hoje, não podem ser tomados como processos inexoráveis, efetivamente globalizados e/ou eminentemente positivos. A grande questão é como cada grupo social resolve esta tensão aparentemente dicotômica entre mobilidade e identidades múltiplas, híbridas, sempre abertas e negociáveis, tidas como ligadas à liberdade [de movimento] e à autonomia, e à fixação/imobilidade

e o fechamento em mono-identidades, tidas como “naturalizadas” e “essencializadas”. Nosso espaço-tempo, hoje, parece mover-se num ir-e-vir entre estes dois pólos, sem falar na permanência de processos de “desidentificação” ligados à precarização sócio-econômica de uma enorme massa de populações subalternas.

Assim como mobilidade e fixação (relativo imobilismo) são duas faces de uma mesma e necessária dinâmica, abertura identitária para a hibridização e a multiterritorialidade e relativo fechamento não são processos antagônicos. Pelo contrário, podem mesmo, dependendo do contexto geo-histórico e sócio-cultural em que estão situados, significar duas faces necessárias, complementares ou mesmo imprescindíveis para uma reconfiguração sócio-territorial fundamentalmente inovadora.

Apenas para dar um exemplo, veja-se o que ocorre hoje com as identidades indígenas na América Latina e seu propalado “Estado plurinacional”. Trata-se de uma combinação muito complexa entre momentos de relativo fechamento identitário, a fim de afirmar algumas identidades sociais até há pouco quase completamente invisibilizadas, especialmente no que se refere ao seu reconhecimento enquanto força política, e momentos de abertura para um rico diálogo com outros grupos e identidades que, num cruzamento democrático, tentam refundar o caráter “multiterritorial” do Estado em que estão situados. Caráter “multiterritorial” que, muitas vezes, vai além do convívio multicultural, lado a lado, de culturas distintas, implicando também, politicamente, uma gestão e usufruto múltiplos de um mesmo espaço, como ocorre com vários territórios legitimados pelos chamados “povos tradicionais” no contexto brasileiro. Neste caso, a própria mobilidade física de alguns grupos é garantida pela delimitação de territórios mais amplos e que de alguma forma “congelam” a apropriação privada, em nome do usufruto comum pelos diversos grupos (indígenas, por exemplo) ali localizados.

Simplificadamente, e retomando considerações anteriores, podemos dizer que a multiterritorialidade sucessiva ou pela mobilidade física dos sujeitos sociais se desdobra hoje numa grande diversidade de formas, estendendo-se entre dois padrões muito gerais. De um lado, haveria os *globetrotters*, aqueles que se movem sempre, voluntariamente, nos mesmos “casulos”, uma “mobilidade em bolha”, segura, praticamente impermeável ao hibridismo com outras culturas, freqüentando sempre os mesmos espaços

“assépticos” de sua classe e status, numa multiterritorialidade meramente funcional, construída por uma mobilidade/velocidade alienante através de espaços de monotonia “segura e apassivadora”.

Como bem sintetizou Richard Sennett em relação ao caráter “individualista” da mobilidade moderna, em sentido amplo:

O movimento autônomo diminui a experiência sensorial, despertada por lugares ou pessoas que neles se encontrem. Qualquer forte conexão visceral com o meio ameaça tolher o indivíduo. (...) para dispor de si mesmo, você não pode sentir muito. Hoje, como o desejo de livre locomoção triunfou sobre os clamores sensoriais do espaço através do qual o corpo se move, o indivíduo moderno sofre uma espécie de crise tátil: deslocar-se ajuda a dessensibilizar o corpo. Esse princípio geral vem sendo aplicado a cidades entregues às exigências do tráfego e ao movimento acelerado de pessoas, cidades cheias de espaços neutros, cidades que sucumbiram à força maior da circulação (SENNETT, 1996, p. 214)

Por outro lado, há aqueles que, involuntariamente, são obrigados a se moverem, às vezes aleatoriamente, permeados de insegurança e imprevisibilidade, em espaços múltiplos sobre os quais não detêm controle e onde estão abertos a múltiplos encontros, seja com a “funcionalidade” sob controle de territórios da “ordem” e da “segurança” dominantes, seja com a diversidade cultural daqueles que, às vezes na mesma situação de precariedade econômica e social, acabam forçando o entrecruzar de identidades culturais bastante diversas.

Maior mobilidade, portanto, não é, automaticamente, sinônimo de multiplicidade e hibridização. Mesmo esses grupos mais subalternizados e, em tese, mais suscetíveis à permeabilidade cultural, podem facilmente, como um contraponto à fragilização de sua vida material, mesmo quando subordinados a uma crescente mobilidade, “agarrarem-se” ao que lhes sobrou, a nível simbólico: suas identidades – étnicas, nacionais, religiosas... Para os mais privilegiados, mobilidade também pode significar alienação, especialmente, hoje, diante dos tão difundidos discursos e práticas efetuados em nome da segurança.

Paralelamente à difusão do hibridismo ocorrem também, muitas vezes em nome da “segurança” e/ou do individualismo, novas formas de retraimento e relativa imobilização territorial. Uma sociedade onde as ações se desdobram sobretudo em nome de uma propalada segurança é uma sociedade do “imobilismo”, no sentido da disseminação de práticas de evitação. Novos muros, novas cercas de contenção, novos “campos” – o “apartheid” planetário continua muito vivo. Na verdade, não há como fazer uma leitura consistente da sociedade – e de seu espaço – sem a dupla e indissociável condição de mobilidade e imobilidade, hibridismo e retraimento territorial, abertura/multiplicidade e relativo fechamento dos territórios, pois nem a mobilidade é sempre sinônimo de “insegurança” e hibridização, nem o imobilismo significa sempre “segurança” e simples retraimento ou essencialização identitária.

Ainda que nos coloquemos sempre mais do lado da mobilidade, da hibridização e da multiterritorialidade, dado o seu potencial de abertura e transformação, não podemos, nunca, negar o papel estratégico que jogam, nestes mesmos processos, os momentos de relativa imobilidade, de relativo retraimento e fechamento dos territórios. Somente uma visão integrada desses processos permite reconhecer e propor novas formas, efetivamente transformadoras, de organização da sociedade e de seu espaço. Como afirmam Gatens e Lloyd (1999), haverá sempre um jogo entre: “De um lado (...) a liberdade crítica para questionar e desafiar na prática nossas formas culturais herdadas; de outro, a aspiração por pertencer a uma cultura e a um lugar e, assim, sentir-se em casa neste mundo” (1999, p. 78).

Castoriadis (1990) também lembra que não existe sujeito sem a criação, para ele, de um mundo numa relativa clausura, criação esta que é sempre a criação de uma multiplicidade – multiplicidade, por sua vez, que se desdobra tanto no sentido genérico de diferença quantitativa ou de grau, quanto de diferença qualitativa ou “de natureza”, campo da “emergência criadora” pelo devir da efetiva alteridade.

Não se trata tão somente de estimular a mobilidade, a hibridização e a multiterritorialidade, mas de inserir estes movimentos dentro de ações efetivamente transformadoras que saibam articular-se sempre no jogo ao mesmo tempo uno e múltiplo das diferenças. E sem esquecer que, numa visão minimamente “integradora”, a luta é sempre, ao mesmo tempo, pela livre manifestação das diferenças culturais – criadoras do novo – e pela busca

de uma muito maior igualdade social – tanto no âmbito da distribuição do poder quanto da reprodução das relações sócio-econômicas.

Assim, qualquer tema, hoje, tratado no âmbito da chamada geografia cultural, como o hibridismo, não pode ser analisado sem que percebamos claramente sua inserção dentro dos circuitos de produção e de poder, sob pena de cairmos no culturalismo que, mais do que explicar e mobilizar, ignora a complexidade e desmobiliza em relação às lutas efetivas em que devemos, todos, nos engajar.

## *Notas*

<sup>1</sup> No âmbito da Geografia Cultural ver, por exemplo, Mitchell (2000), ao afirmar que: “para um número incontável da população mundial a vida é definida por uma espécie de status de permanente *Ausländer*, e o desenvolvimento de algo como uma identidade migrante. (...) cada vez mais trabalhadores comuns encontram na ‘globalização’ não um novo e atraente ‘cosmopolitismo’, mas um permanente estado de deslocamento. ‘Identidades desterritorializadas’ certamente estão continuamente se formando, mas o que elas significam pode ser muito mais uma função de *quem* você é (em termos de status de classe) do que de *onde* você é (Nogales, Nottingham ou Nairóbi)” (p. 280, grifos do autor).

<sup>2</sup> Este item, até hoje inédito, foi redigido quando de nossa participação no IV Simpósio Nacional sobre Espaço e Cultura (UERJ, 2004).

<sup>3</sup> De forma mais ampla e integrada, esta perspectiva está implícita na definição “geográfica” de cultura proposta por Claval (1999[1995]) como “o conjunto dos artefatos, do *know-how* e dos conhecimentos através dos quais os homens mediatizam suas relações com o meio natural” (p. 12).

<sup>4</sup> A esta concepção mais estrita de cultura corresponde um pensamento “homogêneo” sobre a natureza, nos termos de Whitehead (1994), para quem “a natureza é aquilo que observamos pela percepção obtida através dos sentidos. Nessa percepção estamos cômnicos de algo que não é pensamento e que é contido em si mesmo com relação ao pensamento. (...) podemos pensar sobre a natureza sem pensar sobre o pensamento. Direi que, nesse caso, estaremos pensando ‘homogeneamente’ sobre a natureza (p. 7) (...) a homogeneidade de pensamento sobre a natureza exclui qualquer referência a valores morais ou estéticos [em outras palavras, “culturais”] cuja assimilação seja vivida na proporção da atividade autoconsciente” (p. 10).

<sup>5</sup> Como na concepção de paisagem cultural de Carl Sauer: “A segunda metade da paisagem, vista como uma unidade bilateral, é a sua expressão cultural. Há uma

forma estritamente geográfica de se pensar a cultura, a saber, *a marca da ação do homem sobre a área*” (SAUER, 1998[1925], p. 30, grifo nosso).

<sup>6</sup> A este respeito, ver especialmente Haesbaert, 2007.

<sup>7</sup> Citando o caso de uma senhora que divide sua vida entre uma casa na Alemanha e outra no Quênia, ele constata que ela “tem uma vida *topoligâmica*, está afeiçoada a coisas que parecem excludentes, África e Tuting. Topoligamia transnacional, estar casado com lugares que pertencem a mundos distintos: esta é a porta de entrada da globalidade da vida de cada um (...)” (p. 135).

<sup>8</sup> Berque intitula a introdução de seu livro “Écoumène: introduction à l’étude des milieux humains”; sintomaticamente, « Renaturer la Culture, Reculturer la Nature », comentando : « Je pense en effet que nous n’avons jamais cessé de ‘culturer’ la nature ; mais qu’en revanche, nos sciences humaines sont bel et bien tombées dans l’illusion que la culture pourrait tourner seule sur elle-même, comme en roue libre ». [« Penso de fato que nós nunca deixamos de ‘culturalizar’ a natureza, mas que, ao contrário, nossas ciências humanas caíram tranqüilamente na ilusão de que a cultura poderia voltar-se sozinha sobre ela mesma, como em um percurso livre »] (BERQUE, 2000, p. 13, tradução livre).

<sup>9</sup> O autor se refere aqui ao termo cunhado por Derrida e que significa “o movimento do jogo que ‘produz’ (...) essas diferenças, esses efeitos de diferença” (DERRIDA, apud HALL, 2003, p. 60). Segundo Hall, “não se trata da forma binária de diferença entre o que é absolutamente o mesmo e o que é absolutamente ‘Outro’. É uma ‘onda’ de similaridades e diferenças, que recusa a divisão em oposições binárias fixas. *Différance* caracteriza um sistema em que ‘cada conceito [ou significado] está inscrito em uma cadeia ou em um sistema, dentro do qual ele se refere ao outro e aos outros conceitos [significados], através de um jogo sistemático de diferenças” (DERRIDA, 1972). O significado aqui (...) está sempre *em processo* e “posicionado” ao longo de um espectro. Seu valor político não pode ser essencializado, apenas determinado em termos relacionais” (HALL, 2003, p. 60-61).

<sup>10</sup> Bayart, por exemplo, afirma que “uma pletora de obras antropológicas e históricas mostrou que as sociedades pré-coloniais eram quase sempre pluriétnicas e abrigavam uma grande diversidade de repertórios culturais, que as principais formas de mobilização social ou religiosa eram trans-étnicas e que, decididamente, a África antiga não era constituída de um mosaico de etnias” (1996, p. 43). O historiador Peter Burke (2003) também traz múltiplos exemplos de “hibridizações” ao longo da história, identificando inclusive “povos híbridos” como os anglo-irlandeses, os anglo-indianos e os afro-americanos.

<sup>11</sup> Segundo a autora, seu manifesto visa “construir um mito político, pleno de ironia, que seja fiel ao feminismo, ao socialismo e ao materialismo” (p. 39), que não demonize a tecnologia, que rompa com os dualismos e que restitua não uma “linguagem comum”, uma “teoria universal, totalizante”, mas “uma poderosa e herética heteroglossia”, construindo tanto quanto destruindo “máquinas,



identidades, categorias, relações, narrativas espaciais” (p. 108) – preferir “ser uma ciborgue a uma deusa” (p. 109).

<sup>12</sup> Para uma leitura sobre a inversão do valor do “nômade” da modernidade para a pós-modernidade (onde se torna “a metáfora geográfica por excelência”), ver Creswell, 1997. Sobre a mobilidade e os discursos da “desterritorialização” nas figuras do nômade, do migrante e do vagabundo, ver o item “Mobilidade humana e desterritorialização” em nosso trabalho: Haesbaert, 2007 (p. 237-251).

## *Referências*

ALLEN, J. **Lost Geographies of Power**. Oxford: Blackwell, 2003.

ANDRADE, O. **A Utopia Antropofágica**. São Paulo: Globo, 1995.

BAUDRILLARD, J. **Pour une critique de l'économie politique du signe**. Paris: Gallimard, 1972.

BAUMAN, Z. 1972. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1972.

BAYART. **L'illusion identitaire**. Paris: Fayard, 1996.

BERQUE, A. **Médiance: de milieux em paysages**. Montpellier: GIP Reclus, 1990.

\_\_\_\_\_. **Écoumène: Introduction à l'étude des milieux humains**. Paris: Belin, 2000.

BHABHA, H. **The location of culture**. Londres: Routledge, 1995 (ed. brasileira: 1998. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG).

BONNEMAISON, J.; CAMBRÉZY, L. Le lien territorial : entre frontières et identités. **Géographies et Cultures** (Le Territoire), Paris, n. 20, Paris, 1996.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel e Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BURKE, P. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

CANCLINI, N. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade**. São Paulo: Edusp, 1997.

\_\_\_\_\_. **Culturas Híbridas**. Buenos Aires: Sudamericana, 1992.

CASTORIADIS, C. **Le monde morcelé: les carrefours du labyrinthe III**. Paris: Seuil, 1990.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: EdUFSC, 1999 (1995).

CRESWELL, T. **On the Move**. Londres: Routledge, 2006.

- \_\_\_\_\_. Imagining the nomad: mobility and postmodern primitive. In: BENKO, G.; STROHMAYER, U. **Space and Social Theory: interpreting modernity and postmodernity**. Oxford e Malden: Blackwell, 1997.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Qu'est-ce que la Philosophie?** Paris: Minuit, 1991.
- FRÉMONT, A. **La région, espace vécu**. Paris : Presses Universitaires de France, 1976.
- GATENS, M.; LLOYD, G. **Collective Imaginings: Spinoza, Past and Present**. Londres e Nova York: Routledge, 1999.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização e as "regiões-rede". **Anais do V Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Curitiba: AGB, 1994, p. 206-214.
- \_\_\_\_\_. **Des-territorialização e Identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.
- \_\_\_\_\_. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.
- \_\_\_\_\_. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Terra Livre**, São Paulo, n. 7, 2002a.
- \_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto; Niterói: EdUFF, 2002b.
- \_\_\_\_\_. **O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- \_\_\_\_\_. Território e Multiterritorialidade: um Debate. **GEOgraphia**, Niterói, n. 17, 2007.
- HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG e Unesco, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Identidades Culturais na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997 (1992).
- HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: SILVA, T. (org.). **Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 (1991).
- HARVEY, D. **The Condition of Postmodernity**. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- HOLLAND, E. Schizoanalysis and Baudelaire: some illustrations of decoding at work. In: PATTON, P. (ed.). **Deleuze: a critical reader**. Oxford: Blackwell, 1996.
- HUNTINGTON, S. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- LATOUR, B. **Nous n'avons jamais été modernes**. Paris: La Découverte, 1991. (ed. brasileira: 1994. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: Ed. 34).
- LEFEBVRE, H. **La Production de l'Espace**. Paris: Anthropos, 1986 (1974).
- MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, O. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000 (1991).

- \_\_\_\_\_. Power-geometries and a progressive sense of place. In : BIRD, J. et al. (eds.). **Mapping the Futures: Local Cultures, Global Changes**. Londres e Nova York: Routledge, 1993.
- MITCHELL, D. **Cultural Geography: a critical introduction**. Oxford e Malden: Blackwell, 2000.
- PEET, R. Les régions de la différence, les espaces de la nouveauté : Aspects culturels de la théorie de la régulation. **Géographie, Économie, Société**, v. I. 1, n. 1, p. 7-24, 1999.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAUER, C. **A morfologia da paisagem**. In : CORRÊA, R.; ROSENDAHL, Z. (org.). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998 (1925)
- SENNETT, R. **Carne e Pedra**. São Paulo e Rio de Janeiro: Record, 1996.
- WHATMORE, S. **Hybrid Geographies: nature, cultures, spaces**. Londres: Sage Publications, 2002.
- WHITEHEAD, A. **O conceito de Natureza**. São Paulo, 1994.